



## Relatório sobre reforma da CLT será apresentado hoje em comissão

Ferraço reavalia suspensão de andamento do projeto, que deve ser votado na próxima semana. Para evitar retorno à Câmara, defende aprovação sem alterações

**R**icardo Ferraço deve apresentar hoje na Comissão de Assuntos Econômicos o relatório sobre a reforma trabalhista. Segundo ele, a bancada do PSDB analisou a crise que o país enfrenta após delações contra o presidente Michel Temer e

concluiu que é de interesse nacional votar as reformas, para evitar que os problemas econômicos se aprofundem. Para o texto não voltar à Câmara, Ferraço sugeriu que os ajustes sejam feitos pelo Executivo, por meio de vetos e de medida provisória.

3

**Partidos indicam nomes para o Conselho de Ética**

**Senadores falam em Plenário sobre a crise política**



Juristas e ambientalistas de vários países reúnem-se no Plenário do Senado

## Debate: equilíbrio ambiental reflete nos direitos humanos

Com a presença de juristas e ambientalistas de vários países, foi comemorado ontem o Dia Internacional da Biodiversidade, em evento organizado pelas Comissões de Meio Ambiente e Mista de Mudanças Climáticas.

O encontro discutiu a ligação entre equilíbrio ambiental e direitos humanos, as obrigações do Estado e os deveres dos cidadãos. Jorge Viana disse que o debate, que termina hoje, será publicado para orientar os interessados. 7

**Colegiado vota hoje mudança de feriados para segunda-feira 2**

**Internet banda larga no país será discutida amanhã 6**

**Sancionada lei sobre recuperação fiscal dos estados 2**

**Projeto facilita criação de fundos para pesquisa 7**



## Proposta que elimina alerta sobre alimento transgênico é polêmica

Projeto que altera a identificação e a rotulagem de alimentos produzidos a partir de matéria-prima geneticamente modificada está na pauta da Comissão de

Agricultura. A proposta provocou debates sobre o direito do consumidor de saber se os produtos contêm ou não organismos transgênicos desde sua origem. 4 e 5



Romano, da Embrapa, diz que não há motivo para temer a modificação

**Comissão analisa cota para operários no Minha Casa 7**

**Produtor rural de MG poderá renegociar dívida, prevê texto 2**



Hélio José e Paulo Paim (2º e 3º à esq.) debatem possíveis impactos da reforma da Previdência em reunião de CPI

## Origens de crise da Previdência causam divergência

Em debate na CPI da Previdência, especialistas discordaram sobre as causas da crise no setor e os impactos da proposta de reforma. Para defensores do projeto, ele vai assegurar equilíbrio à Previdência.

Segundo eles, o déficit vem da economia e do envelhecimento da população. Já os opositores dizem que os problemas vêm da sonegação e que a proposta é injusta ao tratar igualmente os desiguais. 8

## Para especialistas, mundo se beneficia com economia aberta

Ouvidos na Comissão de Relações Exteriores, debatedores destacaram conquistas obtidas pelo livre comércio, como a redução

das desigualdades entre os países. Eles avaliaram o fortalecimento do protecionismo, a partir dos EUA e do Reino Unido. 6

## Servidores do INSS reclamam de "desmonte" dos serviços

Assistentes sociais do INSS afirmaram em audiência na Comissão de Direitos Humanos que o instituto vive um processo de desmonte dos serviços sociais e de reabilitação profissional. Eles criticaram a medida provisória que gratifica médicos peritos pela revisão de benefícios, tema da audiência. 8



Brasil ganha se abrir mais a economia, indica debate conduzido por Collor (C)



# Lei sobre recuperação fiscal de estados é sancionada

O DF e estados em calamidade fiscal ou com obrigações acima do disponível em caixa poderão suspender o pagamento de sua dívida com a União por três anos

**FOI SANCIONADA NA sexta-feira a lei que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Na prática, a norma concede uma moratória aos estados superendividados em troca de contrapartidas.**

O projeto (PLC 39/2017 — Complementar) que deu origem à Lei Complementar 159/2017 foi fruto de uma reivindicação de governadores. Foi aprovado pelo Senado no dia 17 e sancionado sem vetos. A publicação no *Diário Oficial da União* ocorreu ontem.

O texto estabelece que estados com obrigações superiores à disponibilidade de caixa ou em situação de calamidade fiscal, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, poderão suspender o pagamento da dívida com a União pelo prazo de três anos.

Antes, deverão aprovar leis estaduais com um plano de recuperação que prevê obrigações como a privatização de empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento, por exemplo.

## Contrapartidas

Para compensar a suspensão do pagamento das dívidas, a nova lei prevê o congelamento de reajustes de salários para servidores públicos e a restrição da realização de concursos. O estado que aderir também não poderá, durante o regime de recuperação fiscal, realizar saques em contas de depósitos judiciais, ressalvados aqueles permitidos pela Lei Complementar 151/2015, enquanto não houver a recom-

## Comissão avalia renegociação de dívida rural em MG

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisará o projeto que autoriza a concessão de descontos e a repactuação e a liquidação de dívidas rurais a operações de crédito rural contratadas em municípios de Minas Gerais afetados pela seca.

A proposta (PLS 44/2017), de Zeze Perrella (PMDB-MG), cria condições diferenciadas para liquidação e repactuação de dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2011 com bancos oficiais federais.

Perrella explicou que, em setembro de 2016, os produtores de Minas Gerais não foram incluídos na autoriza-



Plano de recuperação prevê a privatização de empresas no setor de energia

posição do saldo mínimo do fundo de reserva.

Os estados não sofrerão de imediato as consequências de uma possível inadimplência no pagamento de empréstimos ao sistema financeiro e a instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## Cobrança

Pelo texto, o governo federal não poderá executar as contragarantias oferecidas pelo estado para obter a garantia primária da União. Assim, os valores não pagos serão honrados pelo governo federal e contabilizados pelo Tesouro Nacional, com correção segundo os encargos financeiros previstos nos contratos originais. O total acumulado será cobrado no retorno do pagamento das parcelas das dívidas com a União, após o período da moratória.

O projeto estabelece em três anos a duração do Regime de Recuperação Fiscal. Se ocorrer uma prorrogação, os pagamentos das prestações serão retomados de forma progressiva e linear até atingir o valor integral ao término do prazo da prorrogação.

Na vigência do regime, os estados beneficiários só poderão contratar empréstimos que contribuam para a melho-

ria do equilíbrio financeiro, como os de financiamento de programa de desligamento voluntário de pessoal e de custeio de auditoria do sistema de processamento da folha de pagamento de ativos e inativos. Outras exceções se destinam ao financiamento da reestruturação de dívidas com o sistema financeiro, à modernização da administração fazendária e à antecipação de receita da privatização de empresas.

Adesão

Antes da aprovação das leis do plano de recuperação pela assembleia legislativa, o estado e o governo federal poderão assinar pré-acordo de adesão ao regime. O monitoramento do cumprimento das condições acordadas será feito por um conselho de supervisão composto por três membros, um indicado pelo ministro da Fazenda, um auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União e um integrante indicado pelo estado em regime de recuperação fiscal, mais três suplentes. O conselho deve monitorar o cumprimento do plano de recuperação e apresentar ao Ministério da Fazenda, mensalmente, relatório sobre a execução e sobre a evolução da situação financeira do estado.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), considerou a proposta oportuna por contemplar os agropecuaristas mineiros que não atuam na área atendida pela Sudene. Também estão na pauta da CRA requerimentos de audiências sobre o projeto que susta a transferência da Secretaria de Aquicultura e Pesca para o Ministério da Indústria (PDS 33/2017); sobre projetos que tratam da proteção e defesa dos animais (PLS 650/2015 e PLS 677/2015) e da rastreabilidade de agrotóxicos (PLS 337/2008); e para a apresentação do plano estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa.

## Projeto transfere feriados nacionais para segundas-feiras

A Comissão de Educação (CE) deve examinar hoje, em decisão final, o projeto que propõe a transferência de feriados nacionais para as segundas-feiras. Pelo PLS 389/2016, feriados que caírem na terça ou na sexta-feira serão antecipados ou adiados.

A proposta, de Dário Berger (PMDB-SC), não afeta os feriados de datas simbólicas de 1º de janeiro, 1º de maio e 7 de setembro, nem os religiosos de 12 de outubro, Natal, Carnaval, Corpus Christi e Sexta-feira Santa. A medida também não valerá para os feriados que caírem aos sábados e domingos.

Na pauta da comissão consta ainda o PLS 746/2015, que obriga o Executivo a divulgar na internet e enviar ao

Congresso, a cada dois anos, o relatório de avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE). O projeto, de Cristovam Buarque (PPS-DF), tem Simone Tebet (PMDB-MS) como relatora.

Também está em pauta o PLS 581/2007, que libera o acesso ao FGTS após um ano de inatividade da conta (atualmente a espera é de três anos) e antecipa o saque livre do fundo para o trabalhador a partir dos 60 anos de idade (a regra atual diz 70 anos). A relatora, Ana Amélia (PP-RS), acrescentou a possibilidade de uso do saldo do FGTS para pagar mensalidades de curso superior ou profissionalizante (para si mesmo ou para familiares) e para quitar empréstimo com o Fies.

## Indicado a diretor da Instituição Fiscal será sabatinado amanhã

O economista Rodrigo Octávio Orair, indicado para o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), será sabatinado amanhã, às 9h, na Comissão de Transparência e Governança (CTFC).

Orair é servidor de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 2009. A relatora da indicação é Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A IFI foi criada em novembro de 2016 e é um órgão do

Senado com a finalidade de divulgar as estimativas para cenários fiscais e orçamentários, além de analisar e mensurar eventos e variáveis fiscais do país.

A instituição é dirigida por um conselho diretor, composto de três membros. Essa é a última indicação para a diretoria da IFI e também será submetida ao Plenário.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CAE Reforma trabalhista

**8h30** A Comissão de Assuntos Econômicos faz audiência sobre a reforma trabalhista, com os professores Marcio Pochmann, André Portela e Eduardo Fagnani. Depois, pode votar o PLS 354/2014, que facilita renegociação de dívidas rurais e mais 10 itens.

### CDH Mudanças na CLT

**9h** A Comissão de Direitos Humanos debate a reforma trabalhista com representantes dos auditores fiscais e procuradores do Trabalho, entre outros.

### CI Cobrança de água e esgoto

**9h** A Comissão de Infraestrutura pode votar o PLS 291/2013, que separa cobrança de água e esgoto, e mais 5 itens.

### CMA e CMMC Colóquio

**9h** Colóquio Judicial sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos, promovido pelas Comissões de Meio Ambiente e Mista sobre Mudanças Climáticas.

### CE FGTS para empréstimo estudantil

**11h30** Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o PLS 581/2007, que prevê o uso do FGTS para pagar cursos e quitar empréstimos estudantis, e mais 10 itens.

### PLENÁRIO Foro privilegiado

**14h** O segundo turno de votação da PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado, está na pauta.

### REUNIÃO DE LÍDERES Pauta

**14h30** Definição da pauta de votações.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • Alô Senado: 0800 612211  
**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



Relator disse que não deve modificar o texto, para que não volte à Câmara. Votação na Comissão de Assuntos Econômicos deve ficar para a próxima semana, após vista coletiva

# Ferraço lê hoje voto sobre reforma trabalhista

O RELATÓRIO DE Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre a reforma trabalhista será apresentado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), anunciou o senador. A reunião começa às 8h30, com um debate sobre o tema. Ferraço também é relator do projeto (PLC 38/2017) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na semana passada, Ferraço disse que a análise da proposta estava suspensa devido à crise política gerada pelas gravações de conversas com o presidente Michel Temer feitas por um dos donos da empresa JBS, Joesley Batista. A mudança de rumo foi comunicada após reunião da bancada do PSDB no Senado. Para o relator, é preciso separar a crise do governo dos interesses nacionais.

— É dramática a crise institucional que vive o governo brasileiro. Mas não podemos

misturar a crise institucional com nosso dever e nosso compromisso com o país. A reforma trabalhista é um debate que começou há meses no Congresso e daremos o primeiro passo com a leitura do relatório — disse.

Ferraço afirmou que o PSDB está acompanhando diariamente a crise e que o momento é de enfrentar as questões para que os problemas econômicos não se aprofundem. Segundo ele, há mais de 14 milhões de brasileiros desempregados e outros na informalidade.

— Fomos revisando, dia a dia, a conjuntura, o aprofundamento da crise. Fizemos uma reunião com nossas principais lideranças e chegamos à conclusão que o melhor neste momento é não misturar a crise do governo com aquilo que nosso país precisa enfrentar e decidir para que crise



Ferraço afirma que a crise do governo não pode ser misturada com as reformas

econômica não se acelere, com elevadas consequências sociais.

O senador disse que será concedida vista coletiva do relatório hoje na CAE para que os senadores estudem o texto. Ferraço acredita que a proposta pode ser votada na comissão na próxima semana. Como alguma mudança no projeto fará com que ele retorne para

a Câmara, Ferraço disse que os ajustes necessários no texto poderão ser feitos por meio de veto presidencial e por edição de medida provisória para regular algumas das mudanças.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também falou à imprensa. Ele pediu que Ferraço e o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), reavaliem suas posições. Para ele, o governo

Temer não tem legitimidade para levar adiante uma reforma tão profunda e que altera regras trabalhistas tão importantes para o país.

— Nossa postura é de não aceitar que eles façam essa maldade com o povo brasileiro no meio dessa crise. Esse governo acabou. Espero que o presidente da CAE e o relator revejam essa posição.

## Audiências

Também hoje, o projeto da reforma trabalhista será tema de duas audiências, na CAE e na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A votação em Plenário estava prevista para ocorrer entre 12 e 15 de junho, mas a data deve ser adiada.

A audiência na CDH está agendada para as 9h. Foram convidados 24 debatedores, entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano da Costa; o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva; e o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo.

A CAE inicia suas atividades às 8h30, com a mesa integrada por três professores: André Portela, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e Eduardo Fagnani e Marcio Pochmann, ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Mais um bloco parlamentar faz indicações para Conselho de Ética

O Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB e Rede) apresentou na sexta-feira os nomes de seus representantes no Conselho de Ética do Senado. O colegiado deverá analisar as denúncias contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) feitas na delação premiada de Joesley Batista.

João Capiberibe (PSB-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) serão os titulares das duas vagas às quais o Bloco Socialismo e Democracia tem

direito. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foram indicados para suplentes.

Randolfe, acompanhado de deputados da Rede e do PSOL, protocolou na quinta-feira uma representação contra Aécio no conselho. Porém, para que o processo possa ser aberto, o órgão precisa ser instalado. Desde a semana passada, quando surgiu a denúncia, os senadores vinham cobrando a rápida instalação do conselho.

Após todas as indicações serem feitas, os nomes serão votados em Plenário. Se aprovados, será marcada a reunião para instalação do conselho e a eleição do presidente e do vice. Após a instalação, o presidente terá cinco dias úteis para determinar a admissibilidade ou o arquivamento da representação contra Aécio.

### Outros integrantes

O Bloco da Maioria (PMDB) já indicou os senadores Airton Sandoval (SP), João Alberto

Souza (MA) e Romero Jucá (RR) como titulares. O partido tem direito a indicar mais um nome.

O Bloco Social Democrata (PSDB, DEM e PV) indicou, até agora, apenas Davi Alcolumbre (DEM-AP), mas tem direito a mais duas indicações.

Os Blocos da Resistência Democrática (PDT, PT), Moderador (PTB, PSC, PRB, PR e PTC) e Democracia Progressista (PP, PSD) ainda não fizeram suas indicações ao conselho.

### Paim diz que país esgotou limites para suportar denúncias

Paulo Paim (PT-RS) comparou a crise política a um tsunami que atingiu em cheio o presidente Michel Temer e disse que a saída dele é “irreversível”.

Para Paim, o país esgotou o limite para suportar tantas denúncias de corrupção, com cerca de 1.980 investigados.

### Ataídes defende criação de CPI para investigar grupo J&F

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu ontem a criação de CPI para investigar denúncias de que o grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, teriam faturado com a alta do dólar após delação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Ana Amélia critica acordo com imunidade para dono da JBS

Ana Amélia (PP-RS) criticou o acordo que prevê imunidade para dono da JBS, enquanto outros delatores “ficam mofando nas cadeias”. Ela pediu providências da CVM e lamentou envolvimento de senadores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Cristovam: parlamentar não deveria concorrer em eleição indireta

Cristovam Buarque (PPS-DF) sugeriu que, em caso de saída de Temer, os presidentes da Câmara e do Senado não assumam a Presidência interina e que, em caso de eleição indireta, nenhum parlamentar concorra.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Fátima Bezerra quer eleições diretas para Presidência

Não defender nova eleição direta para a Presidência é um “golpe dentro do golpe”, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Antecipar a eleição, por emenda constitucional, é a saída para resgatar a soberania popular, avaliou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Jucá: “Oposição pede renúncia para barrar os avanços do país”

Se a oposição quer disputar eleições, que se prepare para 2018, disse Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, “querem usar uma investigação que ainda está no início para barrar avanços no Brasil”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Telmário Mota pede manutenção de verba da Polícia Federal

Telmário Mota (PTB-RR) apelou a Temer para que não corte o orçamento da Polícia Federal, estimado em 44% da verba destinada à PF em 2017. Segundo ele, a consequência seria a paralisação da Lava-Jato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Randolfe cobra renúncia e critica apoiadores do governo

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) cobrou a renúncia de Temer e criticou os apoiadores do governo, que “agem como se nada estivesse acontecendo”. Ele apelou a parlamentares da base governista que revejam posições, pois “não vale a pena estar associado a um governo corrupto”.

### Lindbergh: presidente não entrega cargo por medo de ser preso

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), Temer não renunciou porque tem medo de ser preso. Ele avaliou como grave o fato de o presidente não ter agido após ser informado sobre juízes e procurador envolvidos em corrupção.



Ano Volpe/Agência Senado

### Reguffe rejeita votação indireta para o Planalto

O senador Reguffe (sem partido-DF) afirmou que a eleição indireta não é a melhor opção no caso de impedimento do presidente Michel Temer, que ocorreria a mais de um ano das eleições gerais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Para Gurgacz, políticos investigados traíram o povo

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que os políticos investigados por denúncias de corrupção traíram a confiança do povo brasileiro. Ele também criticou as facilidades dadas aos delatores da empresa JBS.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Governo Temer acabou, avalia João Capiberibe

João Capiberibe (PSB-PA) comunicou a decisão do PSB de sugerir a renúncia de Michel Temer e apoiar as propostas de eleições diretas antecipadas. Para o senador, o governo “acabou na semana passada”.



Jefferson Rudy/Agência Senado



# Projeto reacende debate sobre alimentos transgênicos

Proposta que está na pauta de amanhã da Comissão de Agricultura do Senado estabelece que apenas haverá aviso na embalagem se mais de 1% do produto final se compuser de organismo geneticamente modificado

Gorette Brandão

DEVE SER VOTADO AMANHÃ pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o projeto que altera a identificação e a rotulagem dos alimentos produzidos a partir de matéria-prima transgênica (ou geneticamente modificada).

A proposta (PLC 34/2015) reacendeu a polémica sobre os alimentos transgênicos — mais especificamente, sobre o direito dos consumidores de saber se os produtos ofertados nas prateleiras dos supermercados contém ou não organismos geneticamente modificados.

Atualmente, se há milho ou soja transgênica na composição do alimento à venda, por exemplo, a informação deve estar no rótulo. Se o projeto virar lei, só haverá aviso se for detectado a partir de 1% de material transgênico no produto acabado.

A proposta também retira das embalagens a letra T gravada em negro dentro de um triângulo de fundo amarelo. Utilizado há 14 anos no Brasil, o símbolo objetiva ajudar o consumidor a reconhecer os alimentos com matéria-prima transgênica. O projeto em estudo na CRA mantém apenas a informação escrita — “contém (nome do ingrediente) transgênico”.

O projeto foi elaborado pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que foi o relator da proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o ponto nuclear é a exigência de comprovação da presença de transgênicos no produto final. A CCT votou com Randolfe e rejeitou o projeto, com base no argumento

da impossibilidade técnica de obter material genético íntegro no produto acabado, para efeito de identificação da transgenia.

— O projeto não interessa ao consumidor, mas apenas àquelas empresas que querem ludibriar as pessoas, obrigá-las a adquirir produto objeto de transgenia sem que elas tenham conhecimento disso — criticou Randolfe.

## Ideologia

Na CRA, o relator é Cidinho Santos (PR-MT), que pede a aprovação. Segundo o senador, incompreensões sobre a importância da tecnologia genética no campo dos alimentos levam os críticos a reagirem ao projeto por “motivos ideológicos ou religiosos”.

Para Cidinho, a fiscalização por amostras do produto final é a forma mais racional de comprovar se está sendo obedecida a legislação que torna obrigatória a oferta de informações ao público. Cidinho também discorda do uso do símbolo T nos rótulos, na sua visão “um elemento que motiva preconceitos contra alimentos seguros”.

— Não é necessário meter no produto um T grandão. Isso pode criar algo no inconsciente das pessoas e desvalorizar a mercadoria perante o mundo — argumenta.

Os passos da proposta no Congresso são acompanhados tanto por ONGs ambientalistas e associações de consumidores, contrárias à aprovação, como por entidades que representam a indústria de alimentos, que apoiam as mudanças sugeridas.

Os críticos concordam com Randolfe. Para eles, as novas regras propostas por Heinze

ze buscam ocultar a origem transgênica dos alimentos. Eles argumentam que aprovar a proposta equivalerá a fraudar direitos do cidadão. O advogado Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA), afirma:

— Não existe no país proibição ao consumo de transgênicos. O que precisa haver é informação adequada, para que o consumidor possa tomar a decisão de usá-los ou não. Se o projeto for aprovado, certamente a lei que se originar dele será objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal.

A questão central do projeto não é a retirada do símbolo T dos rótulos, de acordo com os críticos. Ainda mais prejudicial seria a mudança relativa ao momento da detecção da presença de transgênicos — não mais com base na matéria-prima, mas no produto acabado.

Ocorre que boa parte dos alimentos que contêm organismo geneticamente modificado é ultraprocessada, caso do óleo e da margarina. Devido aos processos químicos envolvidos, o material genético do alimento in natura acaba alterado ou danificado. É o que explica Luiz



Pesquisadores em laboratório da Embrapa: estatal é a principal responsável pelo estudo de alimentos transgênicos no Brasil

Beltrão, biólogo e consultor legislativo do Senado da área de meio ambiente:

— Mesmo que o produto tenha sido feito com 100% de matéria-prima transgênica, a consequência é que se perderá a rastreabilidade dessa informação — afirma.

## Estigmatização

Atualmente, vigoram regras que buscam assegurar a rastreabilidade dos alimentos transgênicos em toda a ca-

deia produtiva e logística do alimento, desde as sementes até a oferta dos produtos no comércio.

Ainda no campo, a informação sobre a natureza do produto deve constar dos documentos de venda dos produtos. De modo sucessivo, em cada etapa do processo até a elaboração do produto final, a informação está disponível, sem a necessária obrigação de testes laboratoriais.

Já os defensores do projeto reforçam os argumentos de Ci-

dinho. A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) não reconhece os defeitos que estão sendo apontados no projeto.

Primeiro, a entidade observa que o texto não acaba com a obrigatoriedade de informar nos rótulos a presença de organismos geneticamente modificados no produto final. Segundo, para a Abia, o triângulo amarelo com o T no centro estigmatiza os transgênicos, pois pode levar o consumidor

a considerar que os alimentos com essa característica são nocivos à saúde. Segundo a entidade, o símbolo se assemelha a placas de advertência e atenção afixadas em locais de perigo, radiação, eletricidade e explosão.

A Abia afirma que as culturas transgênicas passam por rigorosas avaliações científicas e só podem ser liberadas para consumo após aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

## Receios

O consultor Luiz Beltrão está entre os que enxergam função didática e informativa no uso do T nos rótulos, por ser de rápida identificação, o que não acontece com a informação escrita “contém transgênico”. Para Beltrão, é equivocado associar o símbolo a reações de medo ou preconceito.

— Não há pesquisas que indiquem que o símbolo assusta, induza receios ou erros. Ao contrário, muitas pessoas ignoram a simbologia do T amarelo.

Guetta, do ISA, adverte para o risco de toda a discussão do projeto se concentrar na retirada ou não do T, com perda do foco sobre o que ele acredita que realmente está em jogo: a imposição da detecção da transgenia por meio da análise de laboratório somente no produto final.

## Brasil é 2º maior produtor mundial de alimentos geneticamente modificados

Foi uma empresa dos Estados Unidos que, em 1994, iniciou a entrada do mundo em um novo ciclo da agricultura: a era dos transgênicos. A Calgene, na Califórnia, começou então a comercializar um tomate geneticamente modificado para ser mais resistente e chegar ainda rijo ao consumo.

Desde então, o mercado de transgênicos na agricultura avançou em escala significativa. Em 2016, 28 países plantaram culturas transgênicas e 40 importaram esse tipo de produto agrícola.

Os países produtores ocuparam 185 milhões de hectares com cultivos geneticamente modificados, principalmente soja, milho e algodão. O Brasil respondeu por 49 milhões de hectares — crescimento de 11% em

relação ao ano anterior, o mais expressivo entre todos os países. Com essa área, o Brasil ficou atrás apenas dos EUA no ranking global de produtores transgênicos. Os dados são do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA).

Izabela Mendes Carvalho, diretora do Serviço de Monitoramento em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, do Ministério da Agricultura, enxerga positivamente os avanços da engenharia genética no setor.

— A biotecnologia é uma importante ferramenta no melhoramento genético. Sua importância será cada vez maior, considerando os grandes desafios que os países vão enfrentar com as mudanças climáticas e a necessidade de produzir quantidades cada vez maiores de alimentos.

Se o Brasil aparece no alto do ranking de plantações transgênicas, está em posição desfavorável em relação às pesquisas. A Embrapa é responsável por uma variedade de soja licenciada para a empresa Monsanto, que atende não mais que 2% do mercado interno de sementes.

Izabela aponta a necessidade de mais esforços para que o país não fique para trás, o que pode deixar os produtores brasileiros cada vez mais nas mãos das multinacionais. No caso da soja, diz ela, o preço das sementes dobrou de valor desde a chegada das variedades transgênicas.

O pesquisador Eduardo Romano, da Embrapa, confirma o avanço da oligopolização do mercado de sementes transgênicas. O setor é dominado em escala global por apenas seis grandes empresas.

## Consumidor ainda desconhece símbolo presente em rótulo



O desconhecimento sobre o significado do T dentro do triângulo amarelo — símbolo presente no rótulo de alimentos com matéria-prima transgênica — foi identificado em pesquisa realizada em 2014 pelo instituto Ipsos em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia).

Dos entrevistados, apenas 6% reconheceram o T como indicação da transgenia em pesquisa realizada em 2014 pelo instituto Ipsos em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia).

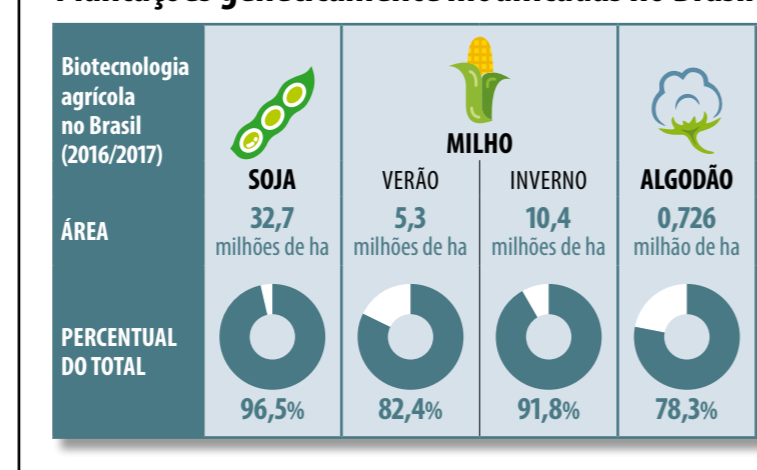
Os entrevistados, apenas 6% reconheceram o T como indicação da transgenia em pesquisa realizada em 2014 pelo instituto Ipsos em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia).

Para ele, o alto grau de desinformação sobre o significado da simbologia (85%) torna pouco crível os argumentos de que o uso do T nos rótulos cause reações generalizadas de insegurança em relação aos alimentos rotulados como transgênicos.

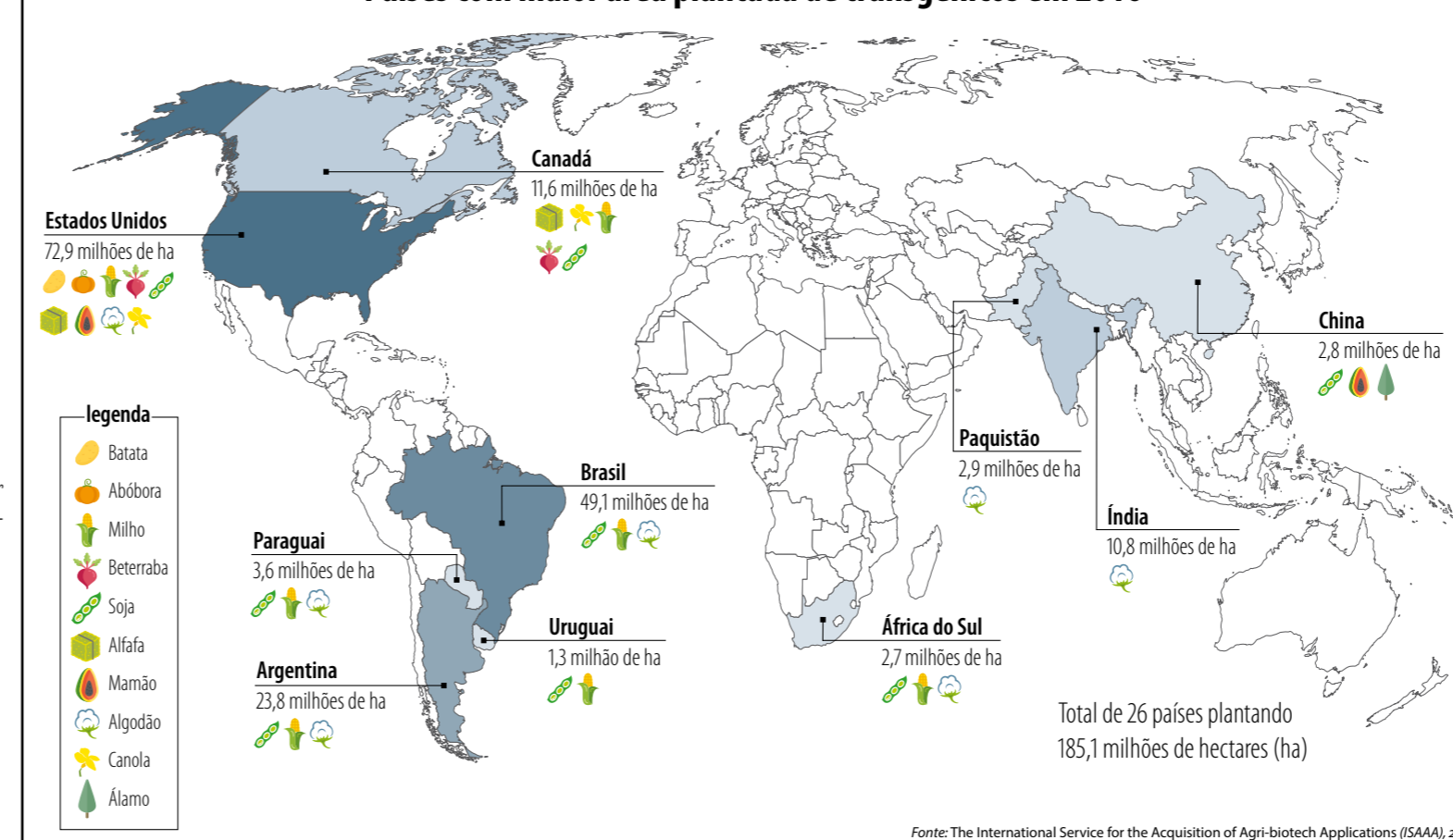
Mesmo assim, o consultor afirma que o fato de a maioria da população ignorar o significado do símbolo não deve servir de argumento para seu abandono.

— Desconhecimento se combate com esclarecimento, educação e informação, e não com a omissão de instruções consideradas necessárias para o exercício maduro do direito de escolha — disse.

## Plantações geneticamente modificadas no Brasil



## Países com maior área plantada de transgênicos em 2016



Cidinho Santos, relator na CRA, defende aprovação do projeto



Randolfe Rodrigues, que relatou texto na CCT, pediu a rejeição da proposta



Do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta defende direito de informação



Consultor legislativo Luiz Beltrão pede ação judicial se projeto for aprovado

## O que são os transgênicos?

O transgênico é um organismo que recebe um gene retirado de outro, o que lhe confere uma característica nova.

A depender do gene adicionado, a planta pode se tornar mais nutritiva ou mais resistente à seca, a pragas ou a agrotóxicos.

Os defensores dos alimentos transgênicos dizem que, há mais de 70 anos, pesquisadores usam diferentes técnicas com o objetivo de promover melhoramentos genéticos. Batata, milho e trigo já possuem genes originais de outras espécies.

— O homem modificou os alimentos por cruzamentos, seleções e mutagênese, entre outros processos que alteram o DNA, o material genético das plantas e suas características originais — observa Eduardo Romano, pesquisador da Embrapa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O que aconteceu de mais novo na área foi o surgimento da técnica do DNA recombinante, nos anos 70, que abriu novas fronteiras para as pesquisas. A inovadora técnica permite que um gene seja isolado para ser colocado em outra espécie, sem a necessidade de compatibilidade sexual.

Entre os argumentos mais usados a favor da transgenia, está o de que essas técnicas permitirão ampliar a oferta de produtos agrícolas para atender à necessidade de alimentos da crescente população mundial. Os críticos reagem com a frequente menção de potenciais riscos no médio e no longo pra-

zo dessas culturas para a saúde humana (como o de aumento de alergias e da resistência a antibióticos) e para o meio ambiente (como o uso de substâncias tóxicas e radiação). — Recentes estudos, feitos inclusive na Comunidade Europeia, não descartam riscos na produção e consumo de trans-

gênicos — afirma o advogado Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA). De acordo com Romano, não existe motivo real para qualquer receio. Ele salienta que essa é a posição oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

— Com relação aos organismos transgênicos, existe uma regulação muito forte, inclusive no Brasil. Usando o conhecimento científico atual, os estudos apontam que não existem riscos maiores nos produtos transgênicos em comparação com os não transgênicos — afirma o pesquisador.

## Saiba mais

**Boletim da Consultoria Legislativa do Senado sobre rotulagem de transgênicos**  
<http://bit.ly/Boletim59>

**PLC 34/2015, em análise na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**  
<http://bit.ly/PLC34de2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Assista a vídeo da Agência Senado sobre projeto que muda rótulo de alimentos com organismos geneticamente modificados: <http://bit.ly/projetotransgenicos>



# Especialistas defendem abertura econômica

Audiência discutiu ontem comércio entre nações no contexto em que Estados Unidos e Reino Unido fortalecem discurso protecionista. Cenário é bom para Brasil se abrir, dizem

**PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA** pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE) concordaram que é preciso sustentar a economia global aberta e com o mínimo de barreiras, pois a experiência tem sido benéfica para o mundo. A comissão fez ontem mais uma audiência dentro do ciclo de debates sobre o atual cenário internacional. O tema foi a ordem econômica, o protecionismo e o livre comércio entre as nações.

O contexto do debate é a recente onda de fortalecimento de políticos que manifestam ideologias protecionistas. Exemplos são o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, eleito em 2016, e os líderes britânicos que guiaram o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, no evento conhecido como Brexit.

O economista Samuel Pessôa, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explicou que o mundo vive, desde a década de 70, uma segunda grande onda de globalização. A principal característica é a inclusão dos asiáticos às cadeias produtivas e aos mercados internacionais. Isso fez com que a desigualdade econômica entre países fosse drasticamente reduzida, disse, e viabilizou uma geração de riqueza sem precedentes na história da humanidade.

No entanto, afirmou ele, o influxo de trabalhadores asiáticos no mercado global transferiu para eles os empregos de menor qualificação, afetando as populações mais vulneráveis dos centros desenvolvidos. Segundo Pessôa, os países mais atingidos por isso são os que não têm estrutura



Presidente da comissão, senador Fernando Collor (C) coordena audiência que discutiu livre comércio e protecionismo nas relações econômicas internacionais

de assistência social ampla.

— A globalização tem perdedores, e um dos temas para que convivamos bem com ela é a construção de instituições domésticas que consigam lidar bem com os seus impactos sobre as estruturas sociais internas de cada país. Me parece que os países anglo-saxões não estão tão bem aparelhados assim — disse.

Pessôa explicou que os Estados Unidos e a União Europeia experimentaram um recrudescimento da ideologia antiglobalização, com Trump e o Brexit, enquanto a Europa continental, por exemplo — que construiu um *welfare state* (Estado de bem-estar social) mais abrangente —, viu políticos com esse discurso serem derrotados.

O ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira também abordou o assunto sob uma perspectiva de reação social. Para ele, o século 20 viu a construção muito acelerada de uma nova hierarquia de valores entre os povos, o que potencializou o crescimento de incertezas em todos os

campos — inclusive políticos e econômicos.

Segundo Moreira, que também foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos no fim dos anos 80, ainda não houve tempo para que a comunidade global pudesse “normalizar” o sentimento coletivo de “perda de rumo”.

## Protecionismo

A situação específica do Brasil foi abordada pelo secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Carlos Roberto Pio da Costa Filho. Ele criticou a economia brasileira, que considera uma das mais fechadas e protecionistas do planeta.

— Há um relativo consenso no Brasil de que proteger a economia é dever do Estado. Existe uma ampla aceitação dessa afirmativa, que é contrária à lógica que promove crescimento sustentável em níveis mais elevados — disse.

Esse protecionismo, explicou, se traduz em barreiras técnicas e tarifárias que

restringem as importações.

Segundo Costa Filho, um elevado volume de importações significa que os produtores domésticos conseguem fazer economias para investir mais nos seus empreendimentos, pagar melhores salários, ofertar melhores preços e oferecer mais qualidade. O Brasil, para ele, está perdendo essa corrida.

— A regulação política das atividades comerciais, no afã de produzir um desenvolvimento mais rápido, gera o oposto. Quando a intervenção regulatória do Estado tem um impacto negativo, colocamos em risco o crescimento sustentável, socialmente incluyente e dinâmico — explicou.

O secretário afirmou que isso é uma característica compartilhada pelos países do Mercosul, que, por isso, têm ficado para trás em relação aos vizinhos que firmaram acordos de livre comércio da região do Pacífico, como Chile e Colômbia. Ele afirmou que vê uma tendência de reversão dessa política por parte do atual comando do Ministério

das Relações Exteriores.

Samuel Pessôa acrescentou que o Brasil experimentou um período positivo durante a recente crise econômica global porque é um país muito dependente da oferta de capital estrangeiro. Isso acontece porque, devido à opção constitucional por um amplo Estado de bem-estar social, o Brasil possui uma taxa de poupança interna baixa e precisa depender de empréstimos externos para fazer investimentos.

Com a crise, que estourou em 2008, a oferta de capital estrangeiro ficou mais barata, permitindo ao Brasil se abastecer de mais recursos. Essa boa fase teve percalços quando o mercado de commodities se retraiu, disse, dificultando as exportações brasileiras.

Segundo o professor, no entanto, a recuperação econômica global está se processando e melhorando o quadro, ao mesmo tempo que a oferta de capitais se mantém a um custo estável. Esse cenário, avaliou ele, é bom para um Brasil mais aberto.

## Qualidade da banda larga no Brasil será debatida amanhã

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT) realiza amanhã audiência para debater a política nacional de banda larga. O foco é a massificação do acesso, a qualidade e o preço dos serviços de conexão.

Para a audiência, foram convidados o diretor do Departamento de Banda Larga no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Artur Coimbra; o conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas, da Agência Nacional

de Telecomunicações (Anatel); o diretor de Relações Institucionais do grupo América Móvil, Fabio Andrade; o diretor de Relações Governamentais da Cisco no Brasil, Giuseppe Marrara; o representante do Instituto Brasileiro de Defesa

do Consumidor (Idec), Rafael Zanatta; e o diretor-presidente da Telefônica Brasil/Vivo, Eduardo Navarro.

A política nacional de banda larga foi selecionada para ser analisada pela CCT em 2017. O relator do processo de ava-

liação é Jorge Viana (PT-AC).

Com a Resolução 44/2013, as comissões permanentes passaram a avaliar as políticas públicas do Executivo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.





Colóquio internacional, presidido por Cássio (4º à esq.), ao lado de Viana (5º à esq.), continua hoje no Plenário do Senado

## Meio ambiente afeta direitos humanos, conclui debate

Evento com juristas e ativistas de vários países discute o vínculo entre a conservação dos ecossistemas e a garantia dos direitos humanos e aponta que há uma relação de interdependência entre eles

NO DIA INTERNACIONAL da Biodiversidade, comemorado ontem, o Congresso reuniu juristas e ativistas da proteção ambiental de diversos países para discutir a relação entre o equilíbrio ambiental, os direitos humanos e a obrigação dos Estados de assegurá-los e o dever de cada cidadão de auxiliar nessa conquista. O Colóquio Judicial sobre Constituição, Meio Ambiente e Direitos Humanos, organizado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), encerra-se hoje.

### Interdependência

— Os direitos humanos e o meio ambiente são interdependentes, um ambiente saudável é necessário para o usufruto de uma vasta gama de direitos humanos e o exercício dos direitos humanos é vital para proteger o meio ambiente. Você não pode ter um sem o outro — resumiu o relator especial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, John Knox.

Ele explicou a relação dos direitos humanos com o meio ambiente e frisou a tendência — que precisa ser ampliada, segundo ele — de aplicar a legislação para demonstrar que o dano ambiental interfere na capacidade de usufruir direitos humanos básicos: a poluição prejudica o acesso à água, o aumento do nível do mar expulsa pessoas de suas casas, como nas Ilhas Maldivas, e a diminuição da biodiversidade reduz a oferta de serviços ecossistêmicos que afetam toda a população. Todos se prejudicam e a interpretação da lei deve atender ao interesse coletivo, salientou.

### Visão integrada

Dentro dessa visão, o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu a interpretação da Constituição de uma maneira mais holística, con-

siderando o compromisso de não empobrecer a vida dos habitantes da Terra e de tratar a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos de maneira integrada. De acordo com ele, os juristas precisam conhecer e praticar tais princípios de defesa ambiental, sejam explícitos ou implícitos nas cartas magnas dos diversos países, frisou. Ele citou como exemplo um princípio que adotou em suas interpretações da lei: in dubio, pro natura (em caso de dúvida, deve-se favorecer o meio ambiente).

O representante da União Internacional para Conservação da Natureza, John Robinson, destacou o quanto é essencial preservar as florestas virgens intactas no mundo, que têm papel-chave para preservar a biodiversidade. Exemplos são as florestas da América do Norte, a Floresta Amazônica, a Bacia do Congo e o arquipélago do Sudeste Asiático.

Segundo ele, preservar tais florestas é essencial para a mitigação das mudanças climáticas, já que as florestas virgens são capazes de absorver 25% das emissões de carbono das atividades industriais. Essas florestas são importantes para a sobrevivência, sustento e identidade cultural de indígenas, para o ecossistema do ciclo da água e são âncora para processos evolucionários.

### Papel dos índios

Tanto ele quanto a diretora do Centro de Políticas para Meio Ambiente e Paz da Conservação Internacional, Kristen Painemilla, frisaram o papel dos indígenas na preservação das florestas virgens. Quando o Estado cria parques, reservas e unidades de preservação, disseram, as florestas aumentam de quatro a dez vezes a capacidade de manterem-se virgens.

— Eles guardam um vínculo com suas terras por questões espirituais e sentem a obrigação de conservar suas terras por uma questão espiritual,

mas nos Estados nem sempre isso é reconhecido — disse.

Kristen destacou a celebração dos dez anos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e lamentou que, apesar de a proteção ter aumentado, ainda falte praticar a lei para protegê-los de fato.

### Realizadores

O colóquio foi organizado pelas duas comissões do Senado sobre meio ambiente, com o Instituto Judicial Global do Meio Ambiente e a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da Relatoria Especial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Organização dos Estados Americanos.

Ao final dos trabalhos, informou o presidente da CMMC, Jorge Viana (PT-AC), os dados serão transformados em uma publicação para orientar juizes, advogados, militantes, professores e cidadãos.

O evento, cuja primeira parte ocorreu no Plenário, foi presidido por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que destacou a necessidade de proteger efetivamente o meio ambiente.

— Há um silêncio que grita, uma lei que não se impõe na prática — lamentou o senador.

O evento se estendeu durante a tarde com mais duas mesas. Os debates Novos Princípios de Direito Ambiental: nas constituições e para além delas e Juizes, Meio Ambiente e Acesso à Justiça na América Latina e Caribe reuniram professores e juristas.

O evento continua hoje com quatro debates. Os temas incluem medidas judiciais e seu cumprimento; próximos passos, conclusões e recomendações; o bioma amazônico; e desenvolvimento ecologicamente sustentável.

## Projeto permite a universidade criar fundos para pesquisa

As universidades brasileiras poderão seguir o exemplo de similares norte-americanas, como Harvard, Stanford, Princeton e Yale, e instituir fundos patrimoniais para fortalecer o ensino e desenvolver a pesquisa.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) colocou na pauta da reunião de hoje projeto que permite a instituições, fundações e associações privadas a constituição desses fundos.

De autoria de Ana Amélia (PP-RS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/2015 altera as Leis 9.249/1995 e 9.250/1995 para permitir às pessoas jurídicas e físicas deduzir do Imposto de Renda as doações efetuadas a instituições. No caso da pessoa jurídica, o limite para dedução é de 1,5% do lucro operacional. Pessoas físicas terão um limite de dedução de 6% do valor do Imposto de Renda devido.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou voto favorável à proposta, que, segundo ele, busca aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais, “incentivando as doações para instituições de ensino, via dedução do Imposto de Renda devido”. O senador observou que o

projeto apenas aumenta o rol de doações dedutíveis do IR, sem alterar a renúncia fiscal da União.

Armando apresentou várias emendas, como a que redefine a natureza jurídica dos fundos, sobre a qual ele apontou inconvenientes técnicos na proposta original, como a possibilidade de o fundo tornar-se um ente de direito privado. Por isso, o senador aplicou ao fundo o instituto jurídico do patrimônio de afetação, bastante usado na construção civil, em que cada empreendimento possui um patrimônio próprio, com contabilidade separada das operações da incorporadora/construtora, para dar segurança aos adquirentes de imóveis na planta quanto à destinação dos recursos.

### Restrições

Dessa forma, o patrimônio do fundo ficará sob propriedade fiduciária do instituidor — no caso, universidade, fundação ou associação privada —, mas “não se comunicará” com o patrimônio próprio dele.

Como terá decisão terminativa na CAE, o projeto, se aprovado, será encaminhado à Câmara caso não haja recurso para votação em Plenário.

## Comissão pode votar prioridade para operários no Minha Casa

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pode votar amanhã o projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que destina 5% das unidades produzidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida aos trabalhadores da construção civil.

A senadora observa que as exigências impedem que segmentos carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, afirma Vanessa, essa exclusão é particularmente perversa, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa.

A proposta (PLS 331/2015) recebeu voto favorável de Regina Sousa (PT-PI). A senadora concorda que a burocracia prejudica o aumento do alcance social do programa, de modo que ainda se encontram entre os trabalhadores da construção civil “amplas parcelas desassistidas, residindo em condições precárias”.

A votação na CDR é terminativa e, em caso de aprovação, o projeto poderá seguir para análise da Câmara se

não for apresentado recurso para que o texto seja votado pelo Plenário.

### Turismo rural

A CDR também votará, em caráter terminativo, o projeto (PLS 46/2012) que dá tratamento diferenciado na tarifação de energia elétrica para o empreendedor que explora o turismo rural. O relatório é pela rejeição do texto.

De autoria do ex-senador Lauro Antonio, o projeto contempla os estabelecimentos de turismo rural, ecoturismo ou turismo de aventura com uma tarifação equivalente à que é cobrada da atividade econômica rural e suas subclasses. Para se beneficiar, o empreendimento deverá comprovar sua atividade às concessionárias de energia, mostrando o cadastramento no Ministério do Turismo.

Para o relator do projeto na CDR, Hélio José (PMDB-DF), a situação do país “sugere cautela no aumento de impactos econômicos nas cadeias produtivas”. Segundo ele, a redução da tarifa para alguns consumidores implica aumento para os demais.



# Especialistas divergem sobre Previdência

CPI que investiga o setor discutiu ontem efeitos da reforma e relação entre o envelhecimento da população e o déficit do sistema

**ECONOMISTAS E ESPECIALISTAS** divergiram ontem sobre os impactos da reforma da Previdência proposta pelo governo e as origens da crise no setor. Reunidos em mais uma audiência pública da CPI da Previdência, eles apresentaram dados sobre contribuições e beneficiários, déficit, seguridade social e envelhecimento da população.

Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, diante do atual quadro das despesas públicas, as propostas de reforma vão assegurar definitivamente a solvência da Previdência, respeitando os direitos adquiridos, sem afetar quem já tem os requisitos para os benefícios.

Além disso, as regras de transição, disse, devem tornar gradativos os efeitos da reforma sobre os atuais trabalhadores ativos. Ele defendeu manter a vinculação do piso previdenciário com o salário mínimo.

Os impactos macroeconômicos da reforma, segundo Lozardo, seriam aumento da poupança pública, estabilidade da taxa de juros e do câmbio e sustentabilidade do crescimento econômico.

— Não se pode mais cobrir o déficit por meio de aumento da dívida pública ou de impos-



O relator e o presidente da CPI da Previdência, senadores Hélio José (3º à esq.) e Paulo Paim (C), ouvem debatedores em mais uma audiência da comissão

tos. Nós temos que trabalhar em um projeto de Previdência que seja sustentado pelas suas próprias pernas, ou seja, pela sua própria receita. Acho que esse acerto não tem que recair sobre a classe mais pobre. Tem que ter uma racionalidade muito grande por um lado e por outro pode ser uma reforma que venha a viabilizar o crescimento.

## Envelhecimento

O professor Kaizô Beltrão, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que um dos problemas no Brasil é que nem todo mundo participa do mercado de trabalho formal e contribui para a Previdência. Além disso, disse, aumentou a população de idosos com redução gradual da população economicamente ativa.

No início do sistema previdenciário, apontou, havia 30 pessoas contribuindo para cada beneficiário e atualmente a proporção caiu para dois contribuintes por beneficiário.

— Se as regras [atuais da Previdência] continuarem, então, nós estamos falando

algo como 40% da população recebendo os benefícios. Tem mais gente envelhecendo, menos gente nascendo, o último censo já aponta abaixo de duas crianças por mulher. Significa que a população a partir de 2030 começa a decrescer. E a população em idade ativa começa a decrescer antes disso. Como equilibrar essas contas? — questionou.

Para o secretário de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social no Tribunal de Contas da União (TCU), Fábio Granja, o crescimento dos gastos do Regime Geral não se deve ainda à mudança demográfica, com baixa taxa de fecundidade e maior expectativa de vida, embora essa seja uma preocupação futura.

— O que está impactando mais, no curto prazo, seriam questões conjunturais, problemas de gestão e também o próprio desenho da política. Então, você tem na política previdenciária uma aposentadoria precoce, uma possibilidade de que determinado segmento não contribua. A

gente verifica isso vendo o número de segurados especiais, ou seja, aposentadorias rurais crescendo muito mais rapidamente do que as outras.

Granja também demonstrou preocupação com os regimes próprios, principalmente de estados e municípios, nos quais o déficit atuarial é elevado.

## Terrorismo

O professor Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), classificou de “terrorismo econômico e demográfico” os motivos alegados para a reforma da Previdência.

— O diagnóstico é questionável e as propostas excludentes. É uma reforma draconiana, que atinge o pobre. Não é justo tratar igualmente quem é desigual. Eles querem que o trabalhador rural do Nordeste tenha regras muito parecidas ou semelhantes às de um promotor público de São Paulo. São regras mais severas que as de países desenvolvidos. É justo comparar o Brasil com um país desenvolvido? — questionou.

Fagnani ainda criticou a inclusão pelo governo de benefícios como salário-família nas despesas da Previdência. Segundo ele, o Executivo confunde fontes de receitas previdenciárias e de seguridade.

O administrador Luciano Fazio, especialista em previdência social, questionou se a avaliação do equilíbrio previdenciário deve ser feita em curto, médio ou longo prazo. Ele lembrou que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) vale no médio prazo (até 2023) e indagou se cabe considerá-la em período maior.

Fazio ressaltou que há renúncias com finalidade previdenciária. E perguntou como as outras, sem essa finalidade, devem ser tratadas nas contas da Previdência.

— É difícil calcular os resultados da Previdência, porque só conheço as receitas inclusivas, que não são únicas. Não posso fazer uma contabilidade criativa que sugere que o problema seja causado pela previdência rural porque isso não tem base legal e é equivocado conceitualmente — afirmou.

# Servidores denunciam “desmonte progressivo” do INSS

Assistentes sociais que participaram da audiência de ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) denunciaram desmonte progressivo dos serviços sociais e de reabilitação profissional e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Eles criticaram a intervenção da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) nas ações do órgão.

Segundo os assistentes, essa ingerência tem prejudicado o funcionamento da própria instituição e afetado o conjunto dos trabalhadores do

INSS, em especial os da área de saúde do trabalhador. Edivane Jesus, da Comissão Nacional dos Assistentes Sociais do INSS, afirmou que há planos de substituir servidores por terceirizados e até estagiários.

— Os trabalhadores terão ainda mais percalços para acessar o benefício. Não se trata de corporativismo, mas de garantir um serviço que é direito do trabalhador — disse.

Os assistentes sociais do INSS afirmaram que o governo, por meio de portarias, tem retirado direitos dos trabalhadores e também criticaram a

Medida Provisória 739/2016, que criou uma força-tarefa para rever benefícios. Como os médicos recebem R\$ 60 por perícia, as revisões, de acordo com eles, têm tido prioridade em detrimento da fila normal de perícias.

## Pente-fino

Diretora do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social do Estado de São Paulo, Thaize Antunes disse que o presidente da ANMP, Francisco Cardoso, negociou com o governo o

chamado pente-fino.

— Pente-fino é usado para retirar piolho, um parasita. Não achamos que trabalhadores sejam parasitas.

Os participantes ainda cobraram a convocação de aprovados no último concurso e criticaram a proposta de reforma da Previdência do governo por retirar direitos dos trabalhadores e endurecer as regras do Benefício de Prestação Continuada, pago a 4,4 milhões de brasileiros com deficiência e idosos de baixa renda que não têm condições de se manter sozinhos.

Para a representante da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Ana Luísa Dal Lago, a ideia da reforma é privatizar o setor:

— Este governo propõe o fim do Estado garantidor de direitos, impossibilitando o funcionamento da rede de proteção social. Por outro lado, não ataca sonegações, desonerações e pagamento de juros. O verdadeiro objetivo é quebrar a Previdência Social e estimular os fundos de previdência privados.



Júlio César Lopes, Flávia Rocha, Maria Lucia Silva, Marinete Moreira, Thaize Antunes, Patricia Rodrigues, Eliana Rocha, Ana Luísa Dal Lago e Lídia de Jesus foram ouvidos em audiência pública da CDH